

Sumário

Notas Introdutórias	1
1. Contexto Histórico-Filosófico dos “Direitos dos Animais”	3
1.1 Raízes históricas do especismo: breves considerações	3
1.2 Direito Romano e o paradigma da coisificação	10
1.3 Jeremy Bentham: utilitarismo e o despertar da senciência	13
1.4 O princípio da igual consideração de interesses de Peter Singer.....	18
1.5 Tom Regan e os sujeitos-de-uma-vida.....	26
1.6 Richard D. Ryder: especismo e dorênciा.....	34
1.7 Steven M. Wise e a defesa dos primatas.....	41
1.8 Primeiras manifestações legislativas	49
1.9 Reformistas X abolicionistas	54
2. Natureza Jurídica do Direito Animal.....	61
2.1 O animal e o ambiente	61
2.1.1 Fundamentos da tutela do ambiente e dos animais: antropocentrismo x biocentrismo x senciocentrismo.....	63
2.1.2 O regime jurídico do ambiente e dos animais.....	65
2.1.3 A integração do animal no ordenamento do ambiente no Brasil e em Portugal.....	68
2.2 Ramo jurídico autônomo?	70
2.2.1 A autonomia científica do Direito Animal	73
2.2.2 A peculiar complexidade do objeto	79
2.2.3 Alguns princípios fundamentais do Direito Animal: breves considerações.....	83

3. Tutela Jurídica do Animal e Responsabilidade Civil	87
3.1 A proteção do animal como tarefa do Estado e enquanto valor constitucional.....	87
3.1.1 O Direito Constitucional Animal brasileiro: conteúdo da norma anticrueldade	87
3.1.2 Estado de Direito Ambiental e a proteção dos animais na Constituição de 1988	91
3.1.3 A tutela dos animais na Constituição Portuguesa e no Direito Constitucional da União Europeia	96
3.2 Princípio da responsabilização.....	99
3.2.1 A responsabilidade penal e administrativa.....	102
3.2.2 A violência contra o animal como um ilícito civil	108
4. O Ato Ilícito Contra o Animal e a Natureza do Interesse Violado	113
4.1 A vedação da crueldade contra animais como manifestação da dignidade da pessoa humana: inter-relação entre dignidade humana e dignidade animal.....	113
4.2 O ilícito civil animal perante os pressupostos da responsabilidade civil tradicional	119
4.2.1 O princípio neminem laedere e o elemento da antijuridicidade	119
4.2.2 A clássica visão do dano.....	124
4.2.2.1 A contribuição do dano moral e a questão do sofrimento .	127
4.3 O dano animal à luz do Direito Civil-Constitucional brasileiro	130
5. Titularidade do Interesse e Direito de Reparação	135
5.1 O estatuto do animal e a proteção dos seus interesses nas relações privadas.....	135
5.1.1 Status quo animal: ambiguidade do estatuto e esquizofrenia legislativa	135
5.1.2 O animal como sujeito de direitos	137
5.1.2.1 A personificação jurídica plena	137

5.1.2.2 Um novo tipo de pessoa jurídica: a personalidade animal ...	138
5.1.2.3 O animal como sujeito de direito despessoificado	143
5.1.3 Nem pessoa nem coisa: o tertium genus	149
5.1.4 O atual estatuto civil do animal em Portugal e no Brasil	154
5.2 Especismo afetivo e o animal de companhia no contexto da família.....	159
5.3 As novas concepções de propriedade animal.....	164
6. Dano Animal.....	171
6.1 Caracterização e pressupostos	171
6.2 Dano animal e dano ecológico: distinção	178
6.3 O dano animal no Código Civil	185
6.4 Crueldade contra animais e dano moral coletivo.....	190
6.5 Responsabilidade civil do Estado por omissão no dever de proteção	197
7. Formas de Reparação do Dano	203
7.1 A reabilitação da saúde: aspectos patrimoniais	203
7.2 O dano animal extrapatrimonial.....	206
7.2.1 Um enquadramento.....	206
7.2.2 Funções do dano: compensação e punição	211
7.2.3 O montante da indenização: uma base inicial.....	214
7.3 Animalicídio: o interesse do animal à vida e a compensação pela morte	217
7.3.1 Da valoração jurídica da vida animal	221
7.4 Tutela processual específica e transferência da guarda	224
Considerações Finais	233
Referências	235
Jurisprudência.....	257
Documentos e sítios eletrônicos.....	261